



PERGUNTAS MAIS FREQUENTES (FAQ'S)

1. O que é o Programa LOJA NO BAIRRO?

É um programa de incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e projetos de micro empreendedorismo, que permite às empresas - a constituir ou já constituídas - aceder a espaços não habitacionais municipais por valores inferiores aos do mercado privado de arrendamento comercial; alguns desses espaços incluem ainda a concessão de um apoio - pecuniário ou sob a forma de amortização na contrapartida mensal - para a realização de obras.

2. A quem se dirige este Programa?

O *Programa Loja no Bairro* destina-se a:

- a) Pessoas que pretendam colocar em prática os seus projetos comerciais ou de micro empreendedorismo;
- b) Empresas já constituídas – singulares ou coletivas - com um volume de negócios até 150.000€ (considerando-se, para este efeito, aquele apresentado no ano anterior ao da corrente edição do *Programa*).

3. Como funciona o Programa?

O *Programa Loja no Bairro* é constituído por uma bolsa de espaços não habitacionais municipais, devidamente identificados (localização, área útil, planta, fotos, contrapartida mensal e, ainda, caracterização das atividades exercidas na zona envolvente), que o Município de Lisboa coloca à disposição dos interessados e aos quais estes se candidatam de acordo com as normas do *Programa*. A atribuição de cada espaço é efetuada por sorteio.

4. Quem pode concorrer?

Podem concorrer todos os interessados, maiores de 18 anos, quer sejam “pessoas coletivas” ou “pessoas singulares”, nacionais ou estrangeiros com título de residência permanente válido no território português, que apresentem a documentação válida solicitada nas *Normas do Programa Loja no Bairro* e que não estejam abrangidos por qualquer um dos impedimentos aí previstos.

Os interessados podem ainda concorrer conjuntamente (candidatura agrupada), até ao máximo de duas pessoas, podendo tratar-se de a) duas pessoas singulares b) duas pessoas coletivas ou c) uma pessoa singular e uma pessoa coletiva.

Na candidatura agrupada apenas uma das entidades ficará responsável por todas as obrigações, em sede de concurso, perante o Município.

No caso de vir a ser sorteada, as entidades que constituem a candidatura agrupada terão de se constituir em consórcio (nos termos do Decreto-Lei nº 231/1981, de 28 de Julho), associação ou sociedade até à assinatura do Auto de Cedência e Aceitação.

5. Quem está impedido de concorrer?

Não podem ser candidatos as pessoas singulares ou coletivas que:

- a) Não estejam legalmente constituídas ou com Órgãos Sociais eleitos e em efetividade de funções;
- b) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
- c) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a taxas, preços ou outras receitas municipais devidas ao Município de Lisboa ou apresentem outras irregularidades relevantes relativamente à ocupação de espaços não habitacionais deste Município;
- e) Prestem falsas declarações, podendo incorrer em responsabilidade civil e criminal;
- f) Tenham, a qualquer título e direta ou indiretamente, prestado assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração do sorteio;
- g) Estando já constituídas como empresas, estas tenham apresentado um volume de negócios superior a 150.000€ no ano anterior ao desta edição do *Programa*;

Os membros de um agrupamento não podem ser candidatos nem integrar outro agrupamento candidato ao mesmo espaço.

6. Onde posso consultar os espaços não habitacionais objeto de sorteio?

Os espaços não habitacionais objeto de sorteio – bem como os seus elementos identificativos: localização, área útil, planta, fotos, contrapartida mensal e, ainda, caracterização das atividades exercidas na zona envolvente – podem ser consultados no sítio eletrónico <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>.

7. Posso visitar os espaços não habitacionais?

Sim. Os espaços não habitacionais podem ser visitados de acordo com o calendário divulgado no sítio eletrónico <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>.

8. Posso concorrer a vários espaços não habitacionais?

Sim. No entanto, caso o candidato seja o primeiro sorteado para mais de um espaço, só será considerado aquele ao qual se candidatou em primeiro lugar (confirmado através da data e hora do registo dessa candidatura), ficando automaticamente excluído dos restantes. Como tal, o candidato deve candidatar-se em primeiro lugar ao espaço da sua preferência e, posteriormente, ao(s) seguinte(s), ordenando assim as suas escolhas.

9. Como posso candidatar-me?

Para se candidatar deverá primeiro registar-se no *Programa Loja no Bairro*, no sítio eletrónico rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt.

A formalização da candidatura ao(s) espaço(s) da sua preferência é efetuada on-line, durante o período definido para o concurso, através do preenchimento do formulário disponível nesse mesmo sítio eletrónico: o *Anexo 1* destina-se ao candidato “Pessoa Singular”, o *Anexo 2* ao candidato “Pessoa Coletiva” e o *Anexo 3* às candidaturas agrupadas.

10. Qual a diferença entre “candidato – pessoa singular” “candidato – pessoa coletiva” e “candidato – agrupado”?

candidato – pessoa singular

Qualquer cidadão que já exerça ou pretenda vir a exercer atividade empresarial devendo, neste caso - e na eventualidade de lhe vir a ser atribuído um espaço no sorteio - declarar o início de actividade junto da Autoridade Tributária até à data da assinatura do Auto de Cedência e Aceitação (ver ponto 26).

candidato – pessoa coletiva

São associações e sociedades com número de identificação de pessoa coletiva atribuído pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas.

candidato – agrupado

É o conjunto – agrupamento - de dois candidatos (pessoa singular e/ou pessoa coletiva) com autonomia entre si, no qual apenas um é responsável perante o Município de Lisboa.

Os membros de um agrupamento que concorrem a um determinado espaço não podem candidatar-se individualmente nem integrar outro agrupamento para concorrer ao mesmo espaço. No caso de ser sorteado, e para que o espaço lhe seja cedido, o agrupamento obriga-se à constituição em regime de consórcio (nos termos do Decreto-Lei nº 231/1981, de 28 de Julho) ou, ainda, de associação ou sociedade, até à data de assinatura do Auto de Cedência e Aceitação. Obriga-se, ainda, à designação

de um “representante de consórcio”, o qual será responsável, perante o Município de Lisboa, por todas as obrigações decorrentes da cedência do espaço, nomeadamente o pagamento da contrapartida mensal. O incumprimento destas obrigações por qualquer das entidades do agrupamento implica o incumprimento de ambas.

11. Tenho que entregar toda a documentação no momento da candidatura?

Sim, toda a documentação solicitada no Programa Loja no Bairro terá de ser entregue no momento da candidatura.

Se, nessa altura, o candidato ainda não tiver as certidões comprovativas da inexistência de dívidas (ou seja, as certidões negativas de dívida) quer à Autoridade Tributária (“Finanças”), quer à Segurança Social, poderá optar por autorizar o Município a consultar a sua situação perante estas entidades (ver ponto 14); nesse caso, não será necessário entregar as certidões, uma vez que as mesmas serão confirmadas pelo próprio Município, nos respetivos sítios eletrónicos.

Em caso de não ter as certidões negativas nem estar em condições de autorizar o Município a consultar a sua situação, poderá optar por entregar uma Declaração sob Compromisso de Honra, conforme modelo disponível no sítio <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>, no separador “Como Fazer/Loja no Bairro”, sem prejuízo da posterior obrigatoriedade de apresentação das certidões em falta (ou, em alternativa, da autorização de consulta a conceder ao Município de Lisboa, nos termos do explicitado no ponto 14).

12. Quais são os documentos que devo anexar ao formulário de candidatura *on-line*?

Candidato pessoa singular: Anexo 1

- a) Cidadãos nacionais: Cartão de cidadão ou bilhete de Identidade e cartão de contribuinte e da segurança social;
- b) Cidadãos estrangeiros: cartão de autorização de residência permanente no território Português ou documento substitutivo, passaporte/bilhete de identidade, cartão de contribuinte e da segurança social;
- c) Cidadãos nacionais e estrangeiros: certidões negativas de dívida à Segurança Social e Finanças ou, em alternativa, autorizar a consulta da sua situação pelo Município (ver ponto 14).

Poderá, ainda, optar por entregar uma Declaração sob Compromisso de Honra, conforme minuta disponível no sítio <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>, no separador “Como Fazer/Loja no Bairro”, sem prejuízo da posterior apresentação das certidões em falta.

Para confirmação do requisito de volume de negócios igual ou inferior a 150.000€ (no ano anterior ao desta edição do concurso), deverá ainda apresentar:

- a) Comerciantes ou Profissionais Liberais com contabilidade organizada: cópia da Declaração de IES/DA (Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual);
- b) Comerciantes ou Profissionais Liberais sem contabilidade organizada: cópia da última Declaração anual de IRS.

Candidato pessoa coletiva: Anexo 2

- a) Identificação do representante e cartão de contribuinte de pessoa coletiva;
- b) Certidão do registo comercial da sociedade ou do ato constitutivo, no caso de pessoas coletivas, onde conste a indicação da forma de obrigar a entidade;
- c) Ata referente à eleição dos titulares dos membros do órgão social de administração, gestão ou direção em efetividade de funções, se a certidão referida na alínea anterior for omissa.
- d) Certidões negativas de dívida à Segurança Social e às Finanças ou, em alternativa, autorizar a consulta da sua situação pelo Município (ver ponto 14).

Poderá, ainda, optar por entregar uma Declaração sob Compromisso de Honra, conforme minuta disponível no sítio <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>, no separador “Como Fazer/Loja no Bairro”, sem prejuízo da posterior obrigatoriedade de apresentação das certidões em falta.

Para confirmação do requisito de volume de negócios igual ou inferior a 150.000€ (no ano anterior ao desta edição do concurso), deve ainda apresentar cópia da última liquidação anual de IRC.

Candidato “agrupamento”: Anexo 3

Todos os documentos referidos para cada um dos candidatos que constituem o agrupamento (pessoa singular e/ou pessoa coletiva).

Nota: o formulário de candidatura para candidatos agrupados prevê que o 1º a inscrever-se seja o “representante do agrupamento” perante o Município de Lisboa; os candidatos deverão, por isso, ter este aspeto em consideração no momento do preenchimento do referido formulário.

13. Existem ainda outros documentos que devo digitalizar e anexar ao formulário de candidatura *on-line*?

Se o candidato estiver sujeito ao registo comercial e não enviar a respetiva certidão permanente, deve, em alternativa, aceder ao sítio eletrónico <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>, separador “Como Fazer/Loja no Bairro”, e preencher a declaração mediante a qual confere ao Município o código de acesso para que este possa consultar a sua situação. Essa declaração deverá ser digitalizada e enviada com o formulário.

14. Como proceder para obter as certidões negativas de dívida às Finanças e à Segurança Social ou autorizar o Município de Lisboa a consultar a minha situação contributiva perante estas entidades?

14.1. O candidato poderá obter a certidão negativa de dívidas diretamente nos serviços destas entidades ou, também, nos sítios eletrónicos respetivos.

Alternativamente ao envio das certidões, o candidato pode simplesmente autorizar o Município a consultar a sua situação para efeito de dívidas no sítio eletrónico da Autoridade Tributária e Aduaneira (Finanças) e no sítio eletrónico da Segurança Social.

Nota: Quer para obter as certidões eletronicamente, quer para autorizar o Município a consultar a sua situação, o candidato terá de estar já registado nos sítios das entidades em causa – Finanças e Segurança Social; caso não esteja e queira fazê-lo nessa altura, deverá ter em conta que o registo só ficará “ativo” após a receção, por correio, das respetivas senhas de acesso – o que poderá demorar alguns dias a acontecer).

Como proceder eletronicamente:

a) Finanças:

Relativamente à “certidão de inexistência de dívidas” ou à “autorização de consulta de inexistência de dívidas” perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, o candidato deverá seguir estes passos, sempre no sítio eletrónico:

www.portaldasfinancas.gov.pt

Como proceder para Autorização de Consulta:

- 1º Clicar em “**Serviços tributários**”;
- 2º Colocar o seu NIF e a **senha**;
- 3º Clicar em “**Outros Serviços**” na área de Serviços;
- 4º Clicar em “**Consulta de Situação Tributária**”, na área Autorizar;
- 5º Colocar o NIF do Município de Lisboa: **500051070**;
- 6º Clicar no botão “**Autorizar**”.

Como proceder para Obtenção de Certidão:

- 1º Clicar em “**Serviços tributários**”;
- 2º Colocar o seu NIF e a **senha**;

3º Clicar em “**Obter**” na área de Serviços;

4º Clicar em “**Efetuar Pedido**”;

5º Colocar “**Dívida e não Dívida**” nas opções que surgem depois de clicar no botão da caixa em branco designada “Certidão”;

6º Clicar em “**Confirmar**”.

Caso queira verificar ou imprimir as suas autorizações mais tarde, poderá fazê-lo em “Obter serviços” → “Consultar certidões” → “Obter”

b) Segurança Social:

Relativamente à “certidão de inexistência de dívidas” ou da “autorização de consulta de inexistência de dívidas” perante a Segurança Social, o candidato deverá seguir estes passos, sempre no sítio eletrónico:

<https://www.segsocial.pt/consultas/ssdirecta/>

Como proceder para Autorização de Consulta:

1º - Entrar com o seu NISS (nº da Segurança Social) e palavra-chave;

2º - Clicar em “**Pedidos**”;

3º - Ir a “**Efetuar pedidos**”;

4º - Clicar em “**Consentimento de Consulta de Situação Tributária**”, no campo Autorização de entidades Públicas;

5º - Clicar em “**Iniciar Preenchimento**”;

6º - Colocar os NISS e NIF do Município de Lisboa, respetivamente: **20005047435** e **500051070**;

7º - Clicar no botão “**Autorizar**”.

Como proceder para Obtenção de Certidão:

1º - Entrar com o seu NISS (nº da Segurança Social) e a palavra-chave;

2º - Clicar em “**Pedidos**”;

3º - Ir a “**Efetuar pedidos**”;

4º - Clicar em “**Situação contributiva**”, no campo Declaração;

5º - Clicar em “**Iniciar Pedido**”;

6º - Clicar no botão “**Enviar**”.

Posteriormente, poderá consultar as suas autorizações e pedidos de certidões, bem como imprimi-las, em Pedidos → Consultar pedidos → Declaração → Situação Contributiva.

Tem mais informação em <http://www4.seg-social.pt/>: Sou Cidadão → Contribuições → Declaração de situação contributiva.

c) Em alternativa, o candidato poderá remeter para o endereço eletrónico lojanobairro@cm-lisboa.pt cópia da declaração das Finanças na qual se ateste que tem a sua situação tributária regularizada. Esta certidão deverá ser obtida na sua repartição de finanças; o mesmo sucede com a declaração de regularização de dívidas à Segurança Social, cuja certidão deverá ser solicitada no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

14.2. O candidato poderá ainda entregar uma Declaração sob Compromisso de Honra, conforme minuta disponível no sítio eletrónico <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>, separador “Como Fazer/Loja no Bairro”, sem prejuízo da posterior obrigatoriedade da apresentação das certidões em falta.

15. Como posso saber se fiquei inscrito?

Após terminar o processo de candidatura on-line, surgirá no ecrã uma mensagem de confirmação do sucesso da inscrição; adicionalmente, será enviada uma mensagem para o seu endereço de correio eletrónico com a informação do nº de candidatura, NIF, código SIG (código do Sistema de Informação Geográfico) e morada do espaço a que concorreu.

16. O que acontece se a minha candidatura for excluída?

Em caso de exclusão, os candidatos serão notificados por correio eletrónico, tendo 48 horas para responder ou prestar esclarecimentos, não podendo, em caso algum, substituir os documentos entregues na candidatura.

17. Quais os fundamentos de exclusão da candidatura?

Serão excluídas da candidatura todas as pessoas individuais ou coletivas que:

- a) não estejam legalmente constituídas, com os Órgãos Sociais eleitos e em efetividade de funções;
- b) sejam devedoras de impostos ao Estado português, de contribuições para a Segurança Social em Portugal ou ao Município de Lisboa, ou apresentem outras irregularidades relevantes com a ocupação de espaços não habitacionais desta autarquia;
- c) prestem falsas declarações ou falsifiquem documentos, podendo incorrer em responsabilidade civil e criminal;
- d) apresentem formulário de candidatura preenchido noutra língua diferente da Portuguesa;
- e) apresentem identificação e/ou endereço eletrónico incompletos;
- f) inscrevam no formulário de candidatura informação incoerente com os documentos apresentados;
- g) submetam um formulário de candidatura sem estar acompanhado de todos os documentos necessários ou com documentos inválidos ou caducados;
- h) revelem manifesta desadequação do uso ou da atividade proposta para o espaço em concurso, designadamente impossibilidade de licenciamento, reduzido espaço para o seu desenvolvimento ou outro considerado relevante.

18. Posso desistir da minha candidatura?

Sim:

- a) Até ao sorteio: o candidato poderá desistir da candidatura a um espaço determinado (ou a todos aqueles a que se candidatou), através da aplicação informática do Programa Loja no Bairro (no sítio eletrónico rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt); caso o candidato esteja inscrito em mais do que um espaço, a desistência de um não implica a desistência dos restantes espaços.
- b) Após o sorteio, e antes da assinatura do Auto de Cedência e Aceitação: o candidato poderá apresentar a sua desistência mediante declaração enviada para o endereço

eletrónico lojanobairro@cm-lisboa.pt. Neste caso, ficará excluído de todos os espaços a que se candidatou.

19. Como se processa o sorteio dos espaços não habitacionais?

O sorteio é um ato público, realizado em data, hora e local publicitado no sítio eletrónico <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt>. O sorteio é efetuado por espaço, através de aplicação informática, considerando todos os candidatos a cada um desses espaços. Isto significa que a graduação das candidaturas por espaço depende apenas do factor sorte.

20. Onde são publicitados os resultados finais?

A publicitação do resultado do sorteio será feita no sítio rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt, identificando o primeiro candidato sorteado para cada espaço e os candidatos suplentes para o mesmo, devidamente ordenados até ao final da lista de candidatos admitidos a esse espaço.

A listagem dos candidatos excluídos será igualmente publicitada no sítio eletrónico rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt.

21. Posso trocar o espaço não habitacional que me foi sorteado?

Não é permitida a permuta de espaços entre os candidatos selecionados.

22. Se ficar em primeiro lugar no sorteio fico logo habilitado a assinar o Auto de Cedência e Aceitação para o espaço não habitacional a que me candidatei?

Não. Os serviços da CML solicitarão, via correio eletrónico, a apresentação da documentação original, a qual terá que ser efetuada no prazo que for definido, num máximo de 48 horas.

23. O que acontece se ficar em primeiro lugar no sorteio e não apresentar a documentação original no prazo definido?

Se não apresentar a documentação original no prazo definido (ver ponto 22), considera-se automaticamente esse facto como desistência; neste caso, o espaço passará para o candidato seguinte na lista ordenada do espaço em causa - que cumpra os requisitos e a correta instrução da candidatura – sendo o mesmo convidado a assinar o Auto de Cedência e Aceitação.

24. Quando posso ocupar o espaço?

Assim que lhe forem entregues as chaves, após a assinatura do Auto de Cedência e Aceitação.

25. Quando é que tenho de iniciar a minha atividade no espaço que me foi cedido?

Alguns dos espaços necessitam de obras (infraestruturas elétricas, água ou esgotos), outros encontram-se desprovidos de acabamentos (estão em tosco). Quer exista ou não necessidade de realização de obras, é concedido um prazo de 3 meses para o início da atividade, contado a partir da data de assinatura do Auto de Cedência e de Aceitação.

Este prazo pode ser prorrogado por igual período, mediante apresentação de justificativos devidamente fundamentados e validados pelos serviços de Fiscalização do Município de Lisboa.

Se, no final do prazo (normal ou prorrogado), o candidato sorteado não iniciar a atividade, o espaço terá de ser devolvido ao Município.

26. Quando tenho que declarar o início de atividade junto da Autoridade Tributária?

O candidato deverá declarar o início de atividade perante a Autoridade Tributária obrigatoriamente antes da assinatura do Auto de Cedência e Aceitação. A cópia da respectiva declaração deverá ser entregue ao Município logo que solicitada (o que ocorrerá igualmente antes da assinatura do referido Auto).

27. Como posso obter a licença de atividade?

O Decreto-Lei nº48/2011, de 1 de Abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, alterou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, simplificando o licenciamento comercial.

De acordo com o artigo 2º, o candidato sorteado deverá proceder à comunicação prévia da instalação da atividade, no *Balcão Iniciativa Lisboa*, localizado no Campo Grande, nº13 r/c, nos termos aí requeridos.

Para o efeito, deverá conhecer a CAE (Classificação das Atividades Económicas) da atividade que será desenvolvida no espaço, bem como outra informação relevante para a caracterização dessa atividade, designadamente: área de venda e de armazenagem, secções existentes, número de pessoas ao serviço, localização e método de venda.

Para mais informação sobre este Balcão, e a forma de o contactar, poderá consultar os seguintes sítios eletrónicos:

<http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/balcao-iniciativa-lisboa>

<http://www.cm-lisboa.pt/servicos/atendimento-municipal/iniciativa-lisboa>

28. Qual é a duração da cedência do espaço? Em que circunstâncias poderá ser renovada?

A cedência do espaço não poderá ultrapassar o prazo de seis anos. Findo este prazo, a mesma poderá ser renovada mediante requerimento do interessado, desde que tal corresponda também ao interesse municipal.

29. A Câmara Municipal de Lisboa procede à fiscalização da ocupação do espaço durante a cedência do mesmo?

O Município de Lisboa pode, em qualquer altura, efetuar fiscalizações aos espaços, na qualidade de proprietário, bem como no âmbito da fiscalização da execução de obras e das suas competências urbanísticas.

30. Como é apurado o valor da contrapartida mensal?

A contrapartida mensal tem por base o *Regulamento do Património* e a *Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais (TPORM)*, que define qual o valor a aplicar por m² em função de duas variáveis: estado de conservação e localização do espaço; este valor é depois multiplicado pela área útil do espaço (ver *Normas do Programa Loja no Bairro*) dando, assim, origem ao valor da contrapartida mensal.

Exemplo:

Para um espaço localizado na *periferia* e em estado de conservação *mediocre*, o preço mensal por m² previsto na *TPORM* é de 8.55€; se esse espaço tiver 68.55 m² de área útil, o cálculo será o seguinte:

$$8,55\text{€} \times 68.55 \text{ m}^2 = 586,10\text{€}$$

No âmbito do *Programa Loja no Bairro*, é aplicado um desconto sobre a contrapartida mensal durante os primeiros 5 anos: no primeiro ano o desconto é de 95% e, do 2º ao 5º ano, de 50%.

Assim, teríamos como valor da contrapartida mensal:

1º ano: 29,31€

2º ao 5º ano: 293,05€

6º ano: 586,10 €

No entanto, de acordo com a *TPORM*, quando o valor apurado para a contrapartida mensal é inferior ao valor mínimo mensal de 58,60€ deverá ser aplicado o valor que corresponde ao custo de procedimento: 58,60€ (Lei nº53-E/2006, de 29 de Dezembro).

Deste modo, o valor final da contrapartida mensal seria de:

1º ano: 58,60€

2º ao 5º ano: 293,05€

6º ano: 586,10 €

O candidato poderá solicitar ao Município a prorrogação do desconto de 95% da contrapartida mensal para o segundo ano; em caso de aprovação, o valor da contrapartida mensal seria de:

1º ano: 58,60€

2º ano: 58,60€

3º ao 5º ano: 293,05€

6º ano: 586,10€

31. Quando é que tenho que começar a pagar a contrapartida mensal?

Após a data da assinatura do Auto de Cedência e Aceitação.

32. O espaço não habitacional ao qual pretendo candidatar-me / que me foi atribuído encontra-se referenciado no sítio eletrónico como necessitando de pequenas obras de reparação. Quais são os apoios concedidos?

Em cada edição do Programa Loja no Bairro, o apoio a conceder para a realização de obras terá uma de duas formas possíveis:

- a) apoio pecuniário;
- b) amortização no valor da contrapartida mensal.

Este apoio para a realização de obras terá o mesmo valor, independentemente de vir a ser concedido sob a forma a) ou b).

33. Qual é o valor do apoio para a realização de obras e de que forma é apurado?

O Município identifica a necessidade de execução de obras, classificando-as de reparações ligeiras, grandes ou para espaços em tosco. A cada uma delas corresponde um determinado apoio para a realização de obras, tendo por base um valor de referência por m² e um limite máximo, como a seguir se exemplifica:

Espaço em tosco - valor de referência: 100€/m², até um máximo de 5.000€ ;

Espaço que necessite de grandes obras - valor de referência: 85€/m², até um máximo 4.250€;

Espaço que necessite de reparações ligeiras - valor de referência: 30€/m², até um máximo 1.500€.

Exemplo:

- Espaço em tosco com uma área útil de 68,55 m²: o cálculo do valor do apoio é feito da seguinte forma:

$$68,55\text{m}^2 \times 100\text{€} = 6.855,00\text{€}$$

Ora, como o valor apurado (6.855,00€) ultrapassa o valor máximo de 5.000€, seria este (5.000€) o valor do apoio a considerar nesse caso.

O mesmo sucede com o cálculo do apoio para os restantes tipos de obra a realizar:

- Espaço com 68,55m² de área útil a necessitar de grandes obras: $68,55\text{m}^2 \times 85\text{€} = 5.826,75\text{€}$; uma vez que o valor encontrado é superior ao valor máximo, será este (4.250€) o valor do apoio.

- Espaço com 68,55m² de área útil, a necessitar de reparações ligeiras: $68,55\text{m}^2 \times 30\text{€} = 2.056,50\text{€}$; uma vez que o valor encontrado é superior ao valor máximo, será este (1.500€) o valor do apoio.

34. Como posso aceder ao apoio pecuniário para a realização das obras identificadas?

No caso de ser disponibilizado apoio sob forma pecuniária, o candidato terá de se inscrever na Base de Dados de Fornecedores do Município de Lisboa, presencialmente, no edifício do Campo Grande, nº 25, e preencher o Modelo de Formulário de Registo de Fornecedor, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do cartão de pessoa coletiva ou cópia do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão para pessoas singulares;

b) Comprovativo do NIB com validação da instituição bancária (original).

35. Como e quando é atribuído o apoio pecuniário para a realização de obras?

No caso de ser disponibilizado apoio sob forma pecuniária, este será atribuído a fundo perdido e o seu pagamento efetuado de forma faseada:

- a) Com a assinatura do Auto de Cedência e Aceitação é transferido 40% do total da verba concedida;
- b) Com a comunicação da conclusão das obras e após a fiscalização dos serviços competentes do Município de Lisboa, é pago o remanescente da verba concedida, ou seja, 60%.

36. O que acontece caso as obras não sejam realizadas?

Caso as obras não sejam realizadas no prazo previsto (ver ponto 25), o candidato perde o direito à ocupação do espaço, pelo que o mesmo terá de ser devolvido ao Município; no caso de ter sido disponibilizado apoio sob forma pecuniária, a verba recebida (ou seja, a primeira tranche de 40%) terá de ser igualmente restituída ao Município.

Caso tal não aconteça, o Município de Lisboa utilizará todos os meios legais necessários quer à restituição da verba, quer à devolução do espaço.

37. O que acontece enquanto não restituir a verba recebida, no caso das obras não realizadas?

Enquanto não restituir a verba, e além da perda do direito à ocupação do espaço, o candidato ficará também inibido de se registar em qualquer outro tipo de apoio ou concurso promovido pelo Município de Lisboa.

38. Como se processa o apoio sob a forma de amortização na contrapartida mensal para a realização de obras?

No caso de ser disponibilizado apoio sob forma de amortização na contrapartida mensal, este far-se-á da seguinte forma: a redução de 95% na contrapartida mensal prevista (apenas) para o 1º ano (ver ponto 30) será alargada durante tanto tempo quanto o necessário para que o valor amortizado iguale o valor que seria concedido sob a forma pecuniária.

Exemplo para um espaço em “tosco”:

O apoio para realização de obras num espaço em tosco tem um valor de referência de 100€/m², até um máximo de 5.000€ (ver ponto 33).

Se o espaço em tosco tiver uma área útil de, por exemplo, 68,55 m², o cálculo do valor do apoio é feito da seguinte forma:

$$68,55\text{m}^2 \times 100 \text{ €} = 6.855,00\text{€}$$

Ora, como esse valor (6.855,00€) ultrapassa o valor máximo de 5.000€, o valor do apoio a conceder neste caso seria de 5.000€.

Este apoio (5.000€) seria então amortizado no valor da contrapartida mensal, pelo que os valores a pagar durante o período de concessão seriam os seguintes:

1º Ano - 58,60€, que correspondem a 95% do valor da contrapartida mensal (ver ponto 30)

2º Ano – 58,60€ (*em vez de 293,05€, que corresponderiam a 50% do valor da contrapartida mensal*)

3º Ano, até ao 9º mês - 58,60€ (*em vez de 293,05€, que corresponderiam a 50% do valor da contrapartida mensal*)

3º Ano, no 10º mês - 216,5€ (*em vez de 293,05€, que corresponderiam a 50% do valor da contrapartida mensal*)

3º Ano, do 11º mês ao 12º mês – 293,05€

4º Ano ao 5º Ano – 293,05€

6º Ano – 586,10€ (que correspondem a 100% do valor da contrapartida mensal).

O valor do apoio será sempre deduzido a partir do 2º ano, ficando, neste exemplo, o candidato sorteado a pagar o valor do 1º ano por mais 21 meses (ou seja, até ao 9º mês do 3º ano), sendo que, no 22º mês (ou seja, no 10º mês do 3º ano), seriam feitos os acertos.

39. Tenho que pagar a contrapartida mensal durante a realização das obras?

A realização de obras no espaço, por iniciativa do próprio ou com o apoio do Município (nos termos dos pontos 32 e 33), não dispensa o candidato do pagamento da contrapartida mensal durante o período em que estas ocorram.

40. Posso contactar diretamente os serviços afetos ao Programa Loja no Bairro, caso ainda tenha alguma dúvida?

Sim. Para esclarecimento de qualquer dúvida relativa ao Programa Loja no Bairro poderá contactar o Município através dos números de telefone 21 798 85 63 / 21 798 92 29 / 21 798 85 79 ou do endereço eletrónico lojanobairro@cm-lisboa.pt.

Existem também postos atendimento no Balcão de Acolhimento da CML, Campo Grande, nº 25, para apoio à apresentação de candidaturas.